

Contratação de consultoria técnica nacional especializada em matéria de defesa da concorrência e organismos internacionais, com foco no projeto “*Competition Review of Brazil's Public Procurement Regime*”.

Contrato Nº 000035/2020-0

TR 143391

PROJETO BRA\18\016

Antecedentes

O Conselho Administrativo de Defesa Econômico (Cade) tem um histórico de participação ativa no trabalho desenvolvido pelo Comitê de Concorrência da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em 2017, o Brasil aderiu à Recomendação da OCDE sobre o combate a cartéis em compras públicas, intitulado “*Recommendation of the OECD Council on Fighting Bid Rigging in Public Procurement*”. A Recomendação orienta os países aderentes a (i) encorajar suas agências de concorrência a trabalhar de maneira próxima com os funcionários públicos responsáveis pelas licitações, com o objetivo de facilitar a detecção e a denúncia de fraudes; e (ii) elaborar e implementar seus sistemas de compras públicas de forma a “promover concorrência mais efetiva e reduzir o risco de fraude, ao mesmo tempo em que garanta uma boa relação custo-benefício”. A Recomendação traz como anexo Diretrizes (“*Guidelines*”) para combater fraude às licitações em compras públicas, bem como dois “checklists” em seus anexos – o Checklist A e o Checklist B. O primeiro foca em como elaborar processos de licitação em compras públicas para reprimir fraudes à licitação e o segundo lida com métodos de detecção de fraude às licitações.

Em fevereiro de 2019, o Conselho da OCDE aprovou a adesão do Brasil como membro associado do Comitê de Concorrência da Organização, como resultado do processo de *peer review*. No dia 25 de março de 2019, a Delegação do Brasil para Organizações Econômicas Internacionais em Paris confirmou a aceitação do Brasil ao convite para se tornar membro associado, formalizando a adesão.

Esse novo status equivale à participação plena no Comitê de Concorrência, com maior influência no processo de definição da agenda global sobre a matéria, inclusive com direito a voto nas deliberações do Comitê. Na prática, a aprovação consolida mais de vinte anos de estreita colaboração com a OCDE em matéria concorrencial, o alinhamento com as melhores práticas internacionais e o comprometimento da autarquia com a defesa da concorrência no Brasil. Ao mesmo tempo, a mudança de status permite que o Cade participe mais ativamente dos trabalhos conduzidos pelo Comitê de Concorrência, de modo a fortalecer a sinalização de que o país possui uma política pública efetiva de defesa da concorrência.

Em consonância com a estratégia do governo brasileiro de estreitamento dos laços de cooperação com a OCDE e tendo em vista a mudança de status do Brasil no Comitê de Concorrência, o Cade iniciou tratativas para a revisão da concorrência no regime de compras públicas no Brasil. O projeto proposto pela OCDE tem dois objetivos principais: (a) fazer uma revisão da legislação federal relativa às contratações públicas sob a ótica concorrencial, em particular sob a égide da Lei nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e legislação correlata; e (b) oferecer treinamentos para servidores públicos sobre aspectos concorrenceis relacionados ao desenho de editais de licitação, à detecção de atos suspeitos de cartel em processos licitatórios e a métodos de cálculo de danos derivados de cartéis em licitação.

O referido projeto está estruturado com as seguintes macro-atividades: i) uma missão de averiguação para coletar informações sobre a situação vigente dos contratos públicos no Brasil; ii) duas oficinas de capacitação para funcionários públicos dos Ministérios sobre o desenvolvimento eficaz de licitações e detecção de fraudes nesses processos; iii) dois workshops de capacitação para servidores públicos federais, estaduais e municipais sobre ações de reparação de danos resultantes de práticas anticompetitivas; iv) um manual de treinamento para funcionários responsáveis pelas compras públicas, incluindo casos práticos e exercícios; v) um relatório com a avaliação da legislação brasileira de compras públicas, contendo recomendações de ações para combate à manipulação de propostas e a melhoria de resultados competitivos nos processos licitatórios; e vi) um evento de lançamento do relatório de avaliação.

Ressalta-se que a iniciativa está alinhada aos seguintes objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico 2017-2020, em especial aos objetivos : “OE2 -fortalecer o combate a condutas anticompetitivas” e “OE5 - aprimorar processos de trabalho com adoção de melhores práticas e inovação”. Além disso, essa iniciativa está estreitamente alinhada ao trabalho do CADE no combate a cartéis, especialmente cartéis em licitação, pelos impactos que geram aos cofres públicos.

Nesse contexto, é necessária uma consultoria técnica com conhecimentos especializados na área de defesa da concorrência e que possua familiaridade com os trâmites da OCDE para prestar suporte à realização do projeto, englobando seu planejamento, execução e avaliação. Os produtos a serem elaborados a partir desta consultoria gerarão subsídios para a tomada de decisão dos servidores do Cade e do governo brasileiro na condução do projeto em epígrafe.

Objetivos

Prestar serviços de consultoria técnica para a Assessoria Internacional do Cade, para auxiliar no acompanhamento, planejamento e execução do projeto “revisão concorrencial do regime de compras públicas no Brasil” (“Competition Review of Brazil’s Public Procurement Regime”), que será executado pela OCDE.

Resultado 3	Subsídios ao aprimoramento de processos de trabalho e dos instrumentos de gestão e de governança elaborados
-------------	---

Área Responsável

Assessoria Internacional (ASSINT)

Consultor Responsável

Celena Regina Soeiro de Moraes Souza

Data de início	17/04/2020
Data de término	08/03/2021

Cronograma de entregas atualizado

Produto	Descrição	Valor	Previsão de entrega	Status
1	Tradução para o inglês das respostas ao questionário da OCDE sobre a legislação e política de compras públicas no Brasil (instituição 1)	R\$ 1.500,00	30/03/2020	Entregue em 15/05/2020
2	Tradução para o inglês das respostas ao questionário da OCDE sobre a legislação e política de compras públicas no Brasil (instituição 2)	R\$ 1.500,00	30/03/2020	Entregue em 15/05/2020
3	Tradução para o inglês das respostas ao questionário da OCDE sobre a legislação e política de compras públicas no Brasil (instituição 3).	R\$ 1.500,00	30/03/2020	Entregue em 21/05/2020
4	Tradução para o inglês das respostas ao questionário da OCDE sobre a legislação e política de compras públicas no Brasil (instituição 4)	R\$ 1.500,00	30/03/2020	Não entregue – Contrato rescindido
5	Tradução para o inglês das respostas ao questionário da OCDE sobre a legislação e política de compras públicas no Brasil (instituição 5)	R\$ 1.500,00	30/03/2020	Não entregue – Contrato rescindido

6	Tradução para o inglês das respostas ao questionário da OCDE sobre a legislação e política de compras públicas no Brasil (instituição 6)	R\$ 1.500,00	30/03/2020	Não entregue – Contrato rescindido
7	Tradução para o inglês das respostas ao questionário da OCDE sobre a legislação e política de compras públicas no Brasil (instituição 7)	R\$ 1.500,00	30/03/2020	Não entregue – Contrato rescindido
8	Tradução para o inglês das respostas ao questionário da OCDE sobre a legislação e política de compras públicas no Brasil (instituição 8)	R\$ 1.500,00	30/03/2020	Não entregue – Contrato rescindido
9	Tradução para o inglês das respostas ao questionário da OCDE sobre a legislação e política de compras públicas no Brasil (instituição 9)	R\$ 1.500,00	30/03/2020	Não entregue – Contrato rescindido
10	Tradução para o inglês das respostas ao questionário da OCDE sobre a legislação e política de compras públicas no Brasil (instituição 10)	R\$ 1.500,00	30/03/2020	Não entregue – Contrato rescindido
11	Tradução para o inglês das respostas ao questionário da OCDE sobre a legislação e política de compras públicas no Brasil (instituição 11)	R\$ 1.500,00	30/03/2020	Não entregue – Contrato rescindido
12	Tradução para o inglês das respostas ao questionário da OCDE sobre a legislação e política de compras públicas no Brasil (instituição 12)	R\$ 1.500,00	30/03/2020	Não entregue – Contrato rescindido
13	Plano de trabalho para a realização de duas oficinas de capacitação para funcionários públicos dos Ministérios sobre o desenvolvimento eficaz de licitações e detecção de fraudes nesses processos	R\$ 4.000,00	17/04/2020	Não entregue – Contrato rescindido
14	Relatório sobre a missão de averiguação da OCDE, contendo o trabalho desempenhado em todas as etapas do processo e respectivos documentos	R\$ 6.000,00	15/05/2020	Entrega parcial 19/06/2020
15	Plano de trabalho para a realização de dois workshops de capacitação para servidores públicos federais, estaduais e municipais sobre ações de reparação de danos resultantes de práticas anticompetitivas	R\$ 4.000,00	12/06/2020	Não entregue – Contrato rescindido

16	Relatório sobre as duas oficinas de capacitação para funcionários públicos dos Ministérios sobre o desenvolvimento eficaz de licitações e detecção de fraudes nesses processos, contendo o trabalho desempenhado em todas as etapas do processo e respectivos documentos	\$ 6.000,00	17/07/2020	Não entregue – Contrato rescindido
17	Documento contendo a revisão comentada do relatório de avaliação da legislação brasileira de compras públicas, produzido pela OCDE	\$ 6.000,00	09/10/2020	Não entregue – Contrato rescindido
18	Relatório sobre os dois workshops de capacitação para servidores públicos federais, estaduais e municipais sobre ações de reparação de danos resultantes de práticas anticompetitivas, contendo o trabalho desempenhado em todas as etapas do processo e respectivos documentos	\$ 6.000,00	20/11/2020	Não entregue – Contrato rescindido
19	Relatório com a compilação dos registros de cada reunião do grupo de trabalho interinstitucional, que for realizada durante o período de duração do projeto, contendo ata da reunião, lista de presença, pontos importantes e principais encaminhamentos	\$ 5.000,00	08/01/2021	Não entregue – Contrato rescindido
20	Revisão do relatório de avaliação da OCDE traduzido para o português	R\$ 4.000,00	18/01/2021	Não entregue – Contrato rescindido
21	Revisão do manual de treinamento da OCDE traduzido para o português	R\$ 4.000,00	01/02/2021	Não entregue – Contrato rescindido
22	Plano de trabalho e relatório sobre o evento de lançamento do relatório de avaliação produzido pela OCDE, contendo o trabalho desempenhado em todas as etapas do processo e respectivos documentos	\$ 5.000,00	15/02/2021	Não entregue – Contrato rescindido
23	Relatório de balanço final do projeto	\$ 6.000,00	22/02/2021	Não entregue – Contrato rescindido
Valor Total		R\$ 74.000,00		